

ur \$  
h.

**GOLDEN**  
ASSETS **Relatório & Contas 2015**

---

Golden Assets – Sociedade Gestora de Patrimónios, S.A.  
Avenida da Boavista, 2427/29, 4100-135 Porto  
NIPC/C.R.C. Porto 502 538 430  
Capital Social 500.000 Euro

## RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

### GOLDEN ASSETS - SOCIEDADE GESTORA DE PATRIMÓNIOS, S.A.

#### INTRODUÇÃO

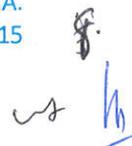
No cumprimento das disposições legais e estatutárias, vem o Conselho de Administração apresentar o relatório de gestão da atividade da Golden Assets – Sociedade Gestora de Patrimónios, S.A. (“Golden Assets”), as demonstrações financeiras bem como a proposta de aplicação de resultados referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

#### ENVOLVENTE MACROECONÓMICA

##### Macroeconomia

O ano de 2015 iniciou de forma promissora, com a economia norte-americana a mostrar sinais de alguma força e com os investidores a reverem com otimismo as expectativas para as principais economias da Zona Euro após, finalmente, o Banco Central Europeu (BCE) decidir avançar com medidas expansionistas de política monetária não convencionais (*quantitative easing*), pressionado pela ameaça da deflação e pelo fraco desempenho das economias sob sua jurisdição. Contudo, em meados do segundo trimestre, este cenário começou a ser crescentemente colocado em causa por avolumados sinais de abrandamento económico nos EUA e na China e principalmente, na Zona Euro, pela turbulência gerada pela Grécia após a vitória do Syriza e conseqüente convocação de um referendo. O risco de uma saída da Grécia do Euro criou uma pressão extrema sobre o sistema financeiro europeu e sobre o próprio Eurosistema, obrigando o BCE a intervir criando linhas de liquidez de emergência aos bancos gregos para evitar o colapso total do sistema financeiro deste país. No referendo, a Grécia votaria anti-austeridade mas, nas semanas subsequentes, o Syriza aceitaria as imposições dos parceiros europeus, acabando por firmar um acordo com os credores internacionais para um 3º resgate e evitando um Grexit (saída da Grécia da Zona Euro). Neste contexto mais adverso, a esperada subida das taxas de juro pela Reserva Federal norte-americana (FED) foi sendo sucessivamente adiada e materializar-se-ia apenas na reunião de dezembro. São também esperadas novas subidas de taxas nos EUA ao longo de 2016, mas a um ritmo extremamente pausado, em virtude da continuação do contexto de incerteza no cenário macroeconómico mundial. Em sentido oposto, o BCE anunciou também em dezembro um aumento dos estímulos monetários para 2016, com a extensão do programa de compra de ativos por mais 6 meses do que o inicialmente previsto (mas mantendo o valor mensal de compras nos 60 mil milhões de euros) e a inclusão de ativos adicionais na lista de potenciais compras, gerando assim uma divergência de políticas monetárias entre os EUA (FED) e a Europa (BCE/Bundesbank), situação inédita desde 1994.

Destaque ainda para o Brasil, país onde em 2015 se assistiu a uma convergência de crises nas esferas económica, política e judicial que colocou o país na situação mais conturbada desde os anos 90. Para agravar a situação, o total descontrolo da inflação e a violenta depreciação do Real obrigaram o banco



central brasileiro (BACEN) à subida da taxa de juro de referência (a “Selic”) para 14.25%, um máximo de nove anos, agravando a recessão que se afigura vir a ser a mais grave desde os anos 30 do século XX. Nota ainda para a situação específica de Portugal onde, após as eleições legislativas de 2015 e a alteração de governo, os mercados começaram a dar sinais de que temem que os sucessos na consolidação orçamental e contas externas alcançados ao longo dos últimos anos possam vir a sofrer um rápido retrocesso. Embora seja previsível um impacto inicial positivo no consumo público e privado decorrente de políticas fiscais mais expansionistas e da reposição de poder de compra a funcionários públicos e pensionistas, as previsões apresentadas pelo governo parecem ser otimistas, pelo que em meados de 2016 poderemos ser confrontados com a necessidade de imposição de novas medidas de contenção orçamental. Esse será um momento decisivo pois evidenciará as diferenças programáticas dos partidos que suportam o atual governo, podendo desencadear uma crise política.

### Cenário Macroeconómico

	Banco de Portugal			FMI		Orçamento Estado 2016	
	2015	2016 (E)	2017 (E)	2016 (E)	2017 (E)	2016 (E)	2017 (E)
PIB (real)	1.5%	1.5%	1.7%	1.4%	1.3%	1.5%	1.8%
Consumo Privado	2.6%	1.8%	1.9%	1.5%	1.3%	2.6%	2.4%
Consumo Público	0.8%	1.1%	0.4%	0.0%	0.5%	-0.7%	0.2%
Investimento	3.6%	0.7%	4.5%	3.0%	2.5%	4.3%	4.9%
Exportações	5.1%	2.2%	5.1%	4.2%	4.3%	5.1%	4.3%
Importações	7.3%	2.1%	5.6%	4.0%	4.5%	6.9%	5.5%

Fontes:

Banco de Portugal: “Projeções para a economia portuguesa: 2016-2018” - março 2016

FMI: “World Economic Outlook” – abril 2016

Orçamento Estado: “Orçamento do Estado 2016” – janeiro 2016

A acrescer a este contexto, Portugal continuará a sofrer em 2016 as consequências das enormes debilidades do seu setor financeiro, continuando por resolver a venda do Novo Banco (e o Impacto dessa situação no Fundo de Resolução e nos restantes bancos do sistema financeiro português) e diversas outras situações (insuficiência de capital, necessidade de reconhecimento de imparidades, conflitos ou debilidades nos acionistas de referência, excessiva exposição de negócio e/ou capital a investidores estrangeiros, etc.) que acabam por envolver praticamente todos os bancos a operar no país.

### Mercados Financeiros

O fim de 2015 foi encarado com grande alívio pela generalidade dos investidores e dos gestores de ativos. A um início de ano muito positivo e promissor, que levou os mercados acionistas a atingir máximos relativos na Europa e absolutos nos EUA durante o segundo trimestre, sucedeu um período de verão muito volátil (índices de volatilidade registaram os valores mais elevados desde 2011) e marcado por episódios de forte correção. Posteriormente, também as últimas semanas do ano surpreenderiam pela negativa com os mercados a registarem em dezembro a pior performance mensal (para um mês de dezembro) dos últimos 13 anos. Apesar dos recuos significativos no último mês do ano, que implicaram a destruição de uma boa parte dos ganhos que tinham sido amealhados ao longo de 2015, as generalidades dos índices acionistas



fecharam o ano ainda em território positivo suportados pelas políticas monetárias dos principais bancos centrais mundiais, destacando-se a Europa e o Japão. A exceção mais relevante acabou por ser o principal índice acionista norte-americano, o S&P 500, que fechou em perda, embora marginal, no cômputo do ano transato. Destaque ainda para os enormes volumes de operações de fusão e aquisição anunciados ao longo do ano de 2015, tirando partido do ambiente de taxas de juro extremamente baixas, e que superam os 4 biliões de dólares, batendo o anterior recorde fixado em 2007.

### Desempenho em 2015 das diferentes sub-classes de ativos

Obrigações - Tesouro Euro	1.5%
Obrigações - Corporate IG Euro	-0.7%
Obrigações - Corporate HY Euro	-1.1%
Obrigações - Emergentes moeda Local	-13.4%
Obrigações - Emergentes <i>Hard Currency</i>	1.0%
Ações - Países Desenvolvidos	1.1%
Ações - EUA	-0.3%
Ações - Europa	8.5%
Ações - Japão	9.1%
Ações - Países Emergentes	-12.0%
Alternativos (hedge Funds)	-5.5%
Commodities	-16.2%
Ouro	-10.4%
Crude	-34.9%
EUR/USD	-10.2%

No segmento de dívida, o ano foi positivo apenas para a dívida soberana e negativo para a generalidade dos mercados de crédito empresarial (quer nos segmentos de melhor qualidade, quer no *high yield*). E foi particularmente negativo para os mercados emergentes, nas emissões realizadas em moeda local.

No complexo das *commodities*, 2015 foi um ano muito negativo, com os ativos desta classe a terem o pior desempenho anual desde 2008, destacando-se as matérias-primas energéticas (o crude recuou cerca de 35%, para níveis mínimos desde 2009).

Por fim, nos mercados cambiais, o ano em análise começou com a surpresa da decisão, logo em janeiro, do banco central da Suíça de abandonar a fixação do valor máximo do franco suíço (CHF) face ao euro, que se mantinha desde 2011 nos 1.20 CHF por euro. Esta decisão surpreendeu totalmente os mercados e levou o franco a uma apreciação violenta de quase 30% em poucos minutos, originando perdas de enorme magnitude no património de alguns investidores e entidades financeiras. Embora tendo o movimento inicial sido posterior e parcialmente revertido, o CHF registou mesmo assim uma valorização face ao euro de praticamente 10% no ano. O ano de 2015 acabou mesmo por ser genericamente negativo para a divisa única europeia, que registou depreciações relevantes não apenas contra o CHF mas também face à generalidade das restantes principais divisas mundiais: dólar americano, iene japonês, yuan chinês e libra esterlina.



O ano 2015 foi o ano com menor ritmo de expansão económica global desde 2009 e foi um ano difícil para os investidores, com baixos retornos na generalidade das classes de ativos e diversos episódios de volatilidade extrema (segundo alguns estudos, 2015 terá sido globalmente o pior ano para os investidores desde 1937).

Contudo, as perspetivas para 2016 e 2017 afiguram-se mais positivas, devido à expectativa de recuperação em alguns mercados emergentes (cujas economias foram muito penalizadas pela evolução das *commodities*) e à manutenção de um processo de normalização gradual nas principais economias desenvolvidas, mas os episódios de volatilidade extrema e a instabilidade ameaçam continuar. Em 2016 os mercados terão de superar desafios como o abrandamento da economia chinesa, o incremento dos riscos geopolíticos (Próximo e Médio Oriente e Sudeste Asiático), as debilidades que ainda persistem no setor financeiro e nas contas públicas das principais economias desenvolvidas, um provável referendo à permanência do Reino Unido na União Europeia, etc. Ou seja, mais de 6 anos volvidos desde a grande recessão e crise financeira que abalou os mercados internacionais, não passa de uma miragem o regresso a um cenário de crescimento global robusto e sincronizado nos principais blocos económicos mundiais que potencie um ambiente mais positivo e saudável nos mercados financeiros. As taxas de crescimento económico deverão assim permanecer substancialmente abaixo da média histórica e isto, conjugado com os níveis extremamente reduzidos das taxas de juro nos principais blocos económicos (limitando dramaticamente a remuneração dos ativos de maior segurança e liquidez), prenunciam que em 2016 o ambiente de investimento permanecerá extremamente desafiante para os investidores, independentemente do seu perfil de risco.

## ATIVIDADE

A atividade da Golden Assets desenvolveu-se durante o ano de 2015 de forma globalmente muito positiva, concretizando as perspetivas assumidas no ano anterior.

Saliente-se que a Golden Assets continua a exibir uma estrutura financeira sólida, terminando o ano de 2015 com um rácio de solvabilidade de 27,5%, em muito superior ao mínimo exigido pelo Banco de Portugal (8%).

Nos termos da regulamentação aplicável, à data de 31 de dezembro de 2015 os requisitos de fundos próprios mínimos da Golden Assets eram de 535.295€ (conforme previsto no artigo 11º do Decreto-Lei nº 103/2007), sendo que o nível de fundos próprios apurados foi de 1.840.168€, o que implica um excesso de fundos próprios de 1.304.873€.

No final de 2015, o volume total da carteira de clientes (englobando o aconselhamento financeiro - *“advising”*) fixou-se em 810 milhões de euros. Foi o ano em que se confirmou a expectativa de crescimento e afirmação dos serviços de *“advising”*, ativamente promovidos sob a designação de Golden Future, que representa 33% do total de ativos sob acompanhamento e um crescimento face a 2014 de 38,3%.

Trata-se de uma marca distintiva, não apenas do *“advising”*, mas sobretudo do novo posicionamento da sociedade. A marca Golden Future significa que o serviço de gestão financeira prestado pela Golden Assets é guiado, em todas as suas fases, pelos valores de independência, transparência e imparcialidade, garantindo que as opções de gestão estão alinhadas com o perfil e os objetivos futuros dos clientes. A perspetiva do Golden Future expressa-se na frase que o caracteriza: *“Traçar o futuro é um desafio. As opções de hoje são o começo.”* O novo posicionamento da sociedade implicou, nomeadamente, a elaboração de



sofisticados relatórios de gestão que agregam as várias fontes de investimento dos clientes repartidos por diversas contas bancárias num único documento, permitindo aos clientes uma visão sintética e transversal de todo o seu património.

Com a continuação do investimento iniciado no ano anterior em recursos humanos e materiais, na qual merece referência a abertura de instalações em Faro, a Sociedade está hoje habilitada a oferecer aos seus clientes atuais e potenciais, um serviço de gestão financeira de excelência, ao nível do que os melhores intermediários financeiros internacionais disponibilizam e praticamente sem paralelo no panorama nacional.

O elevado esforço financeiro desenvolvido no ano de 2015, retratado na evolução dos custos, foi mais do que compensado pelo crescimento das receitas, fazendo com que o produto bancário tivesse aumentado em cerca de 19% comparativamente ao ano anterior.

No que toca ao *compliance* e controlo de risco, esta importante função corresponde a uma área orgânica específica, sendo que a respetiva equipa exerce as suas atividades de modo independente, garantindo-se deste modo a autonomia funcional e a prevenção de conflitos de interesses tal como é exigido pelas disposições legais aplicáveis. Em 2015, e na continuidade de anos anteriores, a Sociedade cumpriu a política de desenvolvimento, implementação e reforço de sistemas e procedimentos de controlo dos riscos da atividade, de modo a garantir a adequação desses procedimentos não só às disposições legais vigentes, como também às exigências de controlo ditadas por um objetivo de reforço da qualidade e da sustentabilidade das estruturas (técnicas e humanas) da sociedade. A este nível a sociedade manteve a sua postura de prudência e de gestão adequada de riscos, com especial destaque para a intransigente salvaguarda do património dos clientes, através do cumprimento pontual da regra da segregação patrimonial. Conexa com a atividade de *compliance* e com a formação contínua e atualizada dos colaboradores, refira-se que em 2015 a sociedade promoveu diversas ações de formação interna e externa sobre a prevenção do BC-FT (Branqueamento de Capitais e Financiamento ao Terrorismo).

Decorrente do exposto, a Golden Assets obteve em 2015 um resultado líquido positivo de 45.290,98€. Não tendo havido alterações no capital social, este valor implica um resultado por ação de quarenta e cinco cêntimos.

## ÓRGÃOS SOCIAIS

Em 2 de janeiro de 2015, realizou-se uma Assembleia Geral que reconduziu, por unanimidade, os membros dos órgãos sociais para o triénio 2015-2017, a nível do Conselho de Administração, do Fiscal Único e da Mesa da Assembleia Geral, os quais se mantêm inalteráveis.

## PERSPETIVAS

O ano de 2016 deverá representar um ano de expansão da atividade do serviço de “*advising*”, reforçando a notoriedade da designação Golden Future.



Os bons resultados já alcançados em 2015 são animadores para a concretização dos objetivos do Golden Future, que, conforme mencionado no ano anterior, foram inicialmente definidos para um ciclo temporal alargado de cerca de 3 anos.

Acreditamos que a implementação deste serviço já permite verificar a elevada qualidade que o mesmo representa, permitindo que a Golden Assets seja atualmente a maior sociedade gestora de patrimónios independente em Portugal.

Sempre contando com o apoio dos acionistas e o dinamismo dos colaboradores da Golden Assets, o Conselho de Administração está confiante que o desafio para 2016 será de manter esta distinção com níveis substancialmente mais elevados no volume de ativos sob “*advising*” e no número de clientes e, em simultâneo, aumentar a qualidade e inovação dos serviços prestados.

O ano de 2016 deverá também marcar o início da intervenção sustentada da Golden Assets em ações de responsabilidade social, procurando contribuir para o desenvolvimento das pessoas. Nesse sentido, a Golden Assets fomentará parcerias com universidades no sentido de promover o conhecimento financeiro dos investidores e público em geral, reforçando assim o seu posicionamento de contribuir para a sociedade onde está inserida e promover que as decisões de investimento sejam tomadas com mais conhecimento, mais informação e mais consciência dos impactos futuros.

## PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, o Conselho de Administração propõe a transferência do resultado líquido positivo, no montante de 45.290,98 € da seguinte forma:

- Reserva legal (10%): 4 529,10 €
- Resultados transitados: 40 761,88 €

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Conselho de Administração deseja expressar o seu agradecimento a todos aqueles que colaboraram no desenvolvimento da sociedade, pela forma empenhada e profissional como corresponderam ao esforço que lhes foi solicitado:

Aos clientes pela preferência com que nos distinguiram,

Às instituições financeiras que nos apoiaram,

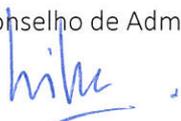
Ao Fiscal Único pelo apoio manifestado e interesse demonstrado,

A todos os colaboradores da sociedade, pela dedicação e competência com que contribuíram para o desenvolvimento da atividade,

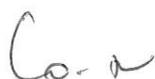
Ao Banco de Portugal e à CMVM pelos esclarecimentos recebidos.

Porto, 21 de março de 2016

O Conselho de Administração



António José Nunes da Silva  
Presidente



João Carlos de Magalhães Correia de Matos  
Vogal



Sérgio Ferreira da Silva  
Vogal



## ANEXO AO RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

1. Em cumprimento do estabelecido no Art. 447º do código das sociedades comerciais, declara-se que os membros dos órgãos de administração e de fiscalização não são titulares de quaisquer ações da sociedade e que não efetuaram qualquer transação durante o exercício de 2015.

2. Para efeitos e nos termos do disposto no número quatro do Art. 448º do código das sociedades comerciais, à data de encerramento do exercício de 2015, é a seguinte a posição acionista:

ACIONISTA	N.º AÇÕES	% PARTICIPAÇÃO
Fernando Jorge de Sousa Cruz Pereira	53.200	53,20%
Joaquim Pedro Almeida da Costa	10.100	10,10%



GOLDEN ASSETS SOCIEDADE GESTORA DE PATRIMÓNIOS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DEZEMBRO DE 2014

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	31/12/2015	Ano anterior
Juros e rendimentos similares		4,350	6,813
Juros e encargos similares		(102)	-
<b>Margem financeira</b>		<b>4,248</b>	<b>6,813</b>
Rendimentos de serviços e comissões	11	6,673,692	3,996,561
Encargos com serviços e comissões	12	(4,452,995)	(2,195,522)
Resultados de reavaliação cambial		135,336	42,649
Outros resultados de exploração	16	(45,164)	99,927
<b>Produto bancário</b>		<b>2,315,117</b>	<b>1,950,429</b>
Gastos com o pessoal	13 e 14	(1,078,685)	(999,041)
Gastos gerais e administrativos	15	(1,062,494)	(857,543)
Amortizações do exercício	5	(69,937)	(49,936)
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>104,001</b>	<b>43,909</b>
Impostos			
Correntes	6	(58,710)	(36,280)
<b>Resultado após impostos</b>		<b>45,291</b>	<b>7,628</b>
Resultado por acção			
Básico	18	0.45	0.08
Diluído	18	0.45	0.08

GOLDEN ASSETS - SOCIEDADE GESTORA DE PATRIMÓNIOS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS E DE OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Montantes expressos em Euros)

	<u>Notas</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Resultado líquido do exercício		45,291	7,628
Valorização dos activos financeiros disponíveis para venda	4	22,820	4,840
Total do rendimento integral do exercício		<u>68,111</u>	<u>12,468</u>

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração do rendimento integral.

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



Co. J  
Guy Rana

GOLDEN ASSETS - SOCIEDADE GESTORA DE PATRIMÓNIOS, S.A.

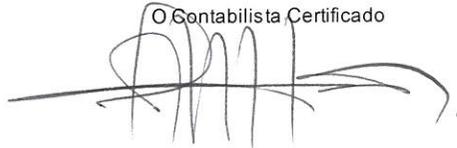
DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Montantes expressos em Euros)

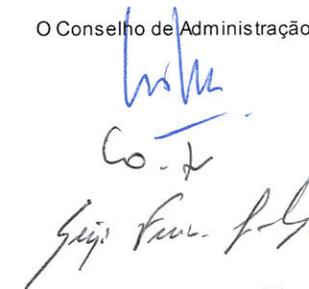
	Notas	Capital	Outros instrumentos de capital	Reservas de reavaliação de justo valor	Outras reservas e resultados transitados	Resultado do exercício	Total dos capitais próprios
Saldo em 1 de Janeiro de 2014		500,000	125,000	(2,730)	1,148,178	10,341	1,780,789
Valorização dos activos financeiros disponíveis para venda		-	-	4,840	-	-	4,840
Aplicação do resultado do exercício de 2013:							
Transferência para outras reservas e resultados transitados		-	-	-	10,341	(10,341)	-
Resultado do exercício findo em 31 de Dezembro de 2014		-	-	-	-	7,628	7,628
Saldo em 31 de Dezembro de 2014		<u>500,000</u>	<u>125,000</u>	<u>2,110</u>	<u>1,158,519</u>	<u>7,628</u>	<u>1,793,258</u>
Valorização dos activos financeiros disponíveis para venda	4 e 10	-	-	22,820	-	-	22,820
Aplicação do resultado do exercício de 2014:							
Transferência para outras reservas e resultados transitados	10	-	-	-	7,628	(7,628)	-
Resultado do exercício findo em 31 de Dezembro de 2015		-	-	-	-	45,291	45,291
Saldo em 31 de Dezembro de 2015		<u>500,000</u>	<u>125,000</u>	<u>24,930</u>	<u>1,166,148</u>	<u>45,291</u>	<u>1,861,368</u>

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração das alterações no capital próprio para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2015.

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



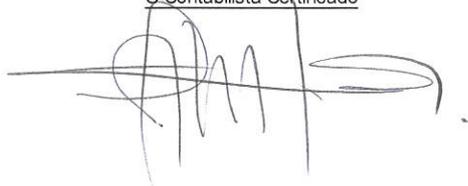
GOLDEN ASSETS - SOCIEDADE GESTORA DE PATRIMÓNIOS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

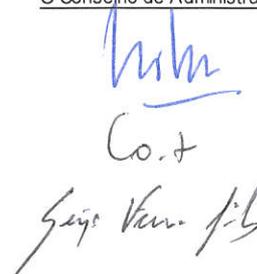
(Montantes expressos em Euros)	2015	2014
<b>Actividades Operacionais:</b>		
Juros e rendimentos recebidos	6,756,830	3,602,712
Juros e encargos similares pagos	(5,085,379)	(2,697,946)
Pagamentos ao pessoal	(1,054,586)	(951,041)
Recebimentos / (Pagamentos) de impostos	(39,911)	45,633
Fluxo das operações bancárias	639	15,994
Outros recebimentos e (pagamentos) de exploração	(297,279)	(493,313)
<b>Fluxo líquido proveniente dos proveitos e custos</b>	<b>280,313</b>	<b>(477,960)</b>
<b>Diminuições (aumentos) em:</b>		
Activos financeiros disponíveis para venda	2,175	-
Aplicações em instituições de crédito	(250,000)	12,705
Outros activos	840,947	345,694
<b>Fluxo líquido provenientes dos activos operacionais</b>	<b>593,122</b>	<b>358,400</b>
<b>Aumentos (diminuições) em:</b>		
Outros passivos	(912,379)	24,189
<b>Fluxo líquido provenientes dos passivos operacionais</b>	<b>(912,379)</b>	<b>24,189</b>
<b>Fluxos das actividades operacionais (1)</b>	<b>(38,943)</b>	<b>(95,371)</b>
<b>Actividades de Investimento:</b>		
Diminuições (aumentos) de outros activos tangíveis	(18,793)	(24,311)
Diminuições (aumentos) de activos intangíveis	-	-
<b>Fluxos das actividades de investimento (2)</b>	<b>(18,793)</b>	<b>(24,311)</b>
<b>Fluxos das actividades de financiamento (3)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Varição de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)</b>	<b>(57,736)</b>	<b>(119,682)</b>
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	124,302	243,984
Caixa e seus equivalentes no final do exercício	66,566	124,302

As notas anexas fazem parte integrante das demonstrações dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de Dezembro de 2015.

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



GOLDEN ASSETS – SOCIEDADE GESTORA DE PATRIMÓNIOS. S.A.

ANEXO À DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Montantes expressos em Euros)

2. DISCRIMINAÇÃO DOS COMPONENTES DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

A discriminação de caixa e seus equivalentes, em 31 de dezembro de 2015 e 2014, e a reconciliação entre o seu valor e o montante de disponibilidades constantes do balanço naquela data, apresenta-se da seguinte forma:

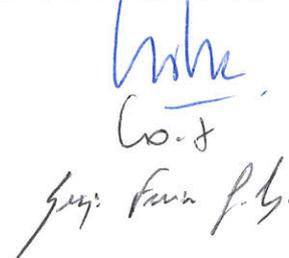
	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	2.371	1.811
Disponibilidades em outras instituições de crédito	64.195	122.491
	-----	-----
Caixa e seus equivalentes	66.566	124.302
	-----	-----
Aplicações da Sociedade em instituições de crédito	400.000	150.000
	-----	-----
Disponibilidades constantes do balanço	466.566	274.302
	=====	=====

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 as aplicações da Sociedade em instituições de crédito não foram consideradas como parte integrante dos componentes de caixa e seus equivalentes pelo facto do prazo do seu vencimento ser superior a três meses e não haver intenção, por parte do Conselho de Administração, de proceder ao seu resgate antecipado.

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



Co. J.  
Guy. Ferra P. G.



## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### NOTA INTRODUTÓRIA

A GOLDEN ASSETS – SOCIEDADE GESTORA DE PATRIMÓNIOS, S.A. (adiante designada por “GOLDEN ASSETS” ou “Sociedade”) foi constituída em 21 de março de 1991, sob a forma de sociedade anónima, tendo por objeto social a administração de valores mobiliários propriedade de terceiros e a prestação de serviços de consultoria de investimentos. A Sociedade tem a sua sede social na Avenida da Boavista, n.º 2427/29, no Porto.

Nos termos da legislação em vigor, a atividade da Sociedade encontra-se sob supervisão do Banco de Portugal e da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários.

### 1. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

#### 1.1. BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Sociedade, mantidos de acordo com os princípios consagrados nas Normas de Contabilidade Ajustadas (“NCA”), estabelecidas pelo Banco de Portugal no Aviso nº 1/2005, de 21 de fevereiro e das Instruções nº 23/2004 e n.º 18/2005, do Banco de Portugal, na sequência da competência que lhe é conferida pelo número 1 do Artigo 115º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de dezembro.

As Normas de Contabilidade Ajustadas correspondem genericamente às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) conforme adotadas pela União Europeia, de acordo com o Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de fevereiro e pelo Aviso nº 1/2005, de 21 de fevereiro, do Banco de Portugal. As diferenças entre os dois normativos não têm impacto nas demonstrações financeiras da Sociedade, em 31 de dezembro de 2015.

Durante o exercício de 2015, não ocorreram alterações de políticas contabilísticas face às apresentadas nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014.

Adoção de normas (novas ou revistas) emitidas pelo “International Accounting Standards Board” (IASB) e interpretações emitidas pelo “International Financial Reporting Interpretation Committee” (IFRIC), conforme adotadas pela União Europeia

As normas (novas ou revistas) e interpretações, aplicáveis à atividade da Sociedade e refletidas nas demonstrações financeiras com referência a 31 de dezembro de 2015, foram as seguintes:

- IFRIC 21 – Taxas – O IASB emitiu, em 20 de maio de 2013, esta interpretação com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2014. Esta interpretação foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia nº. 634 / 2014. Esta nova interpretação define taxas (*levy*) como sendo um desembolso de uma entidade imposto pelo governo de acordo com legislação. Confirma que uma entidade reconhece um passivo pela taxa quando – e apenas quando – o específico evento que desencadeia a mesma, de acordo com a legislação, ocorre.

- Melhoramentos IFRS (2011-2013) – os melhoramentos anuais do ciclo 2011-2013, emitidos pelo IASB em 12 de dezembro de 2013 introduziram alterações, com data efetiva de aplicação para períodos que se iniciem em, ou após 1 de julho de 2014 às normas IFRS 1, IFRS 3, IFRS 13 e IAS 40. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia nº. 1361/2014 de 18 de dezembro (definindo a entrada em vigor o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que começa em ou após 1 de janeiro de 2015).

- IFRS 1 – Conceito de “IFRS efetivas” – O IASB clarificou que se novas IFRS não forem ainda obrigatórias mas permitam aplicação antecipada, a IFRS 1 permite, mas não exige, que sejam aplicadas nas primeiras demonstrações financeiras reportadas em IFRS.
- IFRS 3 – Exceções ao âmbito de aplicação para *joint ventures* – as alterações excluem do âmbito da aplicação da IFRS 3, a formação de todos os tipos de acordos conjuntos, tal como descrito na IFRS 11. Tal exceção ao âmbito de aplicação apenas se aplica a demonstrações financeiras de *joint ventures* ou às próprias *joint ventures*.
- IFRS 13 – Âmbito do parágrafo 52 – exceção de portfólios – O parágrafo 52 da IFRS 13 inclui uma exceção para mensurar o justo valor de grupos de ativos ou passivos na base líquida. O objetivo desta alteração consiste na clarificação que a exceção de portfólios, aplica-se a todos os contratos abrangidos pela IAS 39 OU IFRS 9, independentemente de cumprirem as definições de ativo financeiro ou passivo financeiro previstas na IAS 32.
- IAS 40 – Inter-relação com a IFRS 3 quando classifica propriedades de investimento como propriedades de investimento ou imóveis de uso próprio – O objetivo da alteração é a clarificação da necessidade de julgamento para determinar se uma aquisição de propriedades de investimento corresponde à aquisição de um ativo, de um grupo de ativos ou de uma concentração de atividade operacional abrangida pela IFRS 3.



A Sociedade não registou quaisquer impactos relevantes na aplicação da IFRIC 21 nem destas melhorias nas suas demonstrações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2015, encontravam-se disponíveis para adoção antecipada as seguintes normas (novas e revistas) e interpretações, já adotadas pela União Europeia:

- Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro – ciclo 2010 a 2012: este processo envolveu a revisão de 7 normas contabilísticas. Estas melhorias envolvem a clarificação de alguns aspetos relacionados com: (i) IFRS 2 – Pagamentos com base em ações: definição de *vesting condition*; (ii) IFRS 3 – Concentração de atividades empresariais: contabilização de pagamentos contingentes; (iii) IFRS 8 – Segmentos operacionais: divulgações relacionadas com o julgamento aplicado em relação à agregação de segmentos e clarificação sobre a necessidade de reconciliação do total de ativos por segmento com o valor de ativos nas demonstrações financeiras; (iv) IAS 16 – Ativos fixos tangíveis e IAS 38 – Ativos intangíveis: necessidade de reavaliação proporcional de amortizações acumuladas no caso de reavaliação de ativos fixos; (v) IAS 24 – Divulgações de partes relacionadas: define que uma entidade que preste serviços de gestão à empresa ou à sua empresa mãe é considerada uma parte relacionada; e (vi) IFRS 13 – Justo valor: clarificações relativas à mensuração de contas a receber ou a pagar de curto prazo. A aplicação destas alterações é obrigatória em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de fevereiro de 2015.

- IAS 19 – Benefícios a empregados: Planos de benefício definido –contribuições de Colaboradores: foram introduzidas alterações a esta norma para clarificar a forma como as contribuições de Colaboradores associadas aos serviços prestados devem ser atribuídas pelos períodos de serviço. Adicionalmente, vem permitir que se o montante da contribuição for independente do número de anos de serviço prestado, essas contribuições podem ser reconhecidas como uma dedução ao custo do serviço corrente no período em que o respetivo serviço for prestado. É de aplicação obrigatória em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de fevereiro de 2015.

- Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro – Ciclo 2012-2014: este processo envolveu a revisão de 4 normas contabilísticas. Estas melhorias envolvem a clarificação de alguns aspetos relacionados com: (i) IFRS 5 – Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas: introduz orientações de como proceder no caso de alterações quanto ao método expectável de realização (venda ou distribuição aos acionistas); (ii) IFRS 7 – Instrumentos financeiros divulgações: clarifica os impactos de contractos de acompanhamento de ativos no âmbito das divulgações associadas a envolvimento continuado de ativos desreconhecidos, e isenta as demonstrações financeiras intercalares das divulgações exigidas relativamente a compensação de ativos e passivos financeiros; (iii) IAS 19 – Benefícios dos empregados: define que a taxa a utilizar para efeitos de desconto de benefícios definidos deverá ser determinada com referência às obrigações de alta qualidade de empresas que tenham sido emitidas na moeda em que os benefícios serão liquidados; e (iv) IAS 34 – Relato



financeiro intercalar: clarificação sobre os procedimentos a adotar quando a informação está disponível em outros documentos emitidos em conjunto com as demonstrações financeiras intercalares. A aplicação destas alterações é obrigatória em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2016.

- IFRS 11 – Acordos conjuntos: esta alteração está relacionada com a aquisição de interesses em operações conjuntas. Estabelece a obrigatoriedade de aplicação da IFRS 3 quando a operação conjunta adquirida constituir uma atividade empresarial de acordo com a IFRS 3. Quando a operação conjunta em questão não constituir uma atividade empresarial, deverá a transação ser registada como uma aquisição de ativos. Esta alteração tem aplicação prospetiva para novas aquisições de interesses. A aplicação desta alteração é obrigatória em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2016.

- IAS 1 – Apresentação de demonstrações financeiras: esta alteração vem clarificar alguns aspetos relacionados com a iniciativa de divulgações, designadamente: (i) a entidade não deverá dificultar a inteligibilidade das demonstrações financeiras através da agregação de itens materiais com itens imateriais ou através da agregação de itens materiais com naturezas distintas; (ii) as divulgações especificamente requeridas pelas IFRS apenas têm de ser dadas se a informação em causa for material; (iii) as linhas das demonstrações financeiras especificadas pela IAS 1 podem ser agregadas ou desagregadas, conforme tal for mais relevante para os objetivos do relato financeiro; (iv) a parte do outro rendimento integral resultante da aplicação do método da equivalência patrimonial em associadas e acordos conjuntos deve ser apresentada separadamente dos restantes elementos do outro rendimento integral segregando igualmente os itens que poderão vir a ser reclassificados para resultados dos que não serão reclassificados; (v) a estrutura das notas deve ser flexível, devendo estas respeitar a seguinte ordem: (a) uma declaração de cumprimento com as IFRS na primeira secção das notas; (b) uma descrição das políticas contabilísticas relevantes na segunda secção; (c) informação de suporte aos itens da face das demonstrações financeiras na terceira secção; e (vi) outra informação na quarta secção. A aplicação desta alteração é obrigatória em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2016.

-IAS 16 – Ativos fixos tangíveis e IAS 38 – Ativos intangíveis: esta alteração estabelece a presunção (que pode ser refutada) de que o rédito não é uma base apropriada para amortizar um ativo intangível e proíbe o uso do rédito como base de amortização de ativos fixos tangíveis. A presunção estabelecida para amortização de ativos intangíveis só poderá ser refutada quanto o ativo intangível é expresso em função do rendimento gerado ou quando a utilização dos benefícios económicos está altamente correlacionada com a receita gerada. A aplicação desta alteração é obrigatória em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2016.

- IAS 27 – Demonstrações financeiras separadas: esta alteração vem introduzir a possibilidade de mensuração dos interesses em subsidiárias, acordos conjuntos e associadas em demonstrações financeiras separadas pelo método da equivalência patrimonial, para além dos métodos de mensuração atualmente existentes. Esta alteração aplica-se retrospectivamente. A



aplicação desta alteração é obrigatória em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2016.

Estas normas apesar de aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia, não foram adotadas pelo Golden Assets em 31 de dezembro de 2015, em virtude de a sua aplicação não ser ainda obrigatória. Não são estimados impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes da sua adoção.

Na preparação das demonstrações financeiras, em conformidade com as NCA’s, o Conselho de Administração da Empresa adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos reportados, bem como os proveitos e custos incorridos relativos aos períodos reportados. Todas as estimativas e assunções efetuadas pelo Conselho de Administração foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas para apreciação e aprovação em Assembleia Geral de Acionistas. O Conselho de Administração da Empresa entende que as mesmas serão aprovadas sem alterações.

## 1.2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes:

### a) Instrumentos financeiros

Os ativos financeiros são registados na data de aquisição pelo respetivo justo valor, acrescido dos custos diretamente atribuíveis à transação, exceto no caso dos instrumentos financeiros cuja mensuração do justo valor seja efetuado através de resultados. Os ativos financeiros são classificados no reconhecimento inicial numa das seguintes categorias:

#### i) Ativos financeiros

##### i.1) Contas a receber

São ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado ativo, registados nesta categoria no reconhecimento inicial. Esta categoria inclui depósitos bancários e valores a receber pela prestação de serviços.

No reconhecimento inicial estes ativos são registados pelo seu justo valor, acrescido de todos os custos incrementais diretamente atribuíveis à transação. Subsequentemente, estes ativos são reconhecidos no balanço ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade.

i.2) Ativos financeiros disponíveis para venda

Esta rubrica inclui títulos de rendimento fixo que não tenham sido classificados como carteira de negociação.

Os ativos classificados como disponíveis para venda são mensurados ao justo valor, correspondente ao montante pelo qual um instrumento financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transação em condições normais de mercado, exceto no caso de instrumentos de capital próprio não cotados num mercado ativo e cujo justo valor não possa ser fiavelmente mensurado ou estimado, permanecendo nesse caso registados ao custo de aquisição.

O justo valor é determinado com base na cotação de fecho na data de balanço, para instrumentos transacionados em mercados ativos.

Os ganhos e perdas resultantes de alterações no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos diretamente nos capitais próprios na rubrica “Reservas de reavaliação de justo valor”, exceto no caso de perdas por imparidade e de ganhos e perdas cambiais de ativos monetários, até que o ativo seja vendido, momento em que o ganho ou perda anteriormente reconhecido no capital próprio é registado em resultados.

Os juros corridos de obrigações e outros títulos de rendimento fixo e as diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) são registados em resultados.

Em caso de evidência objetiva de imparidade, resultante de diminuição significativa ou prolongada do justo valor do título ou de dificuldade financeira do emitente, a perda acumulada na “Reserva de reavaliação de justo valor” é removida do capital próprio e reconhecida nos resultados.

As perdas por imparidade registadas em títulos de rendimento fixo podem ser revertidas através de resultados, se houver uma alteração positiva no justo valor do título resultante de um evento ocorrido após a determinação da imparidade. No caso de títulos para os quais tenha sido reconhecida imparidade, posteriores variações negativas de justo valor são sempre reconhecidas em resultados.



Em cada data de referência das demonstrações financeiras é efetuada uma análise da existência de perdas por imparidade em ativos financeiros disponíveis para venda.

ii) Passivos financeiros

Os passivos financeiros detidos pela Sociedade são registados na data de contratação ao respetivo justo valor, deduzido de custos diretamente atribuíveis à transação. Subsequentemente, estes passivos são valorizados pelo custo amortizado.

b) Outros ativos tangíveis

Os ativos tangíveis utilizados pela Sociedade para o desenvolvimento da sua atividade são contabilisticamente relevados pelo custo de aquisição (incluindo custos diretamente atribuíveis) deduzido das amortizações acumuladas e perdas por imparidade. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como custo do exercício.

A depreciação dos ativos tangíveis é registada numa base sistemática ao longo do período de vida útil estimado do bem, correspondente ao período em que se espera que o ativo esteja disponível para uso:

	<u>Anos de vida útil</u>
Obras em imóveis arrendados	10
Equipamento:	
Mobiliário	4 a 8
Máquinas e ferramentas	4 a 8
Equipamento informático	3 a 4
Equipamento de transmissão	3
Material de transporte	4
Equipamento de segurança	5

O património artístico não é objeto de amortização. São obtidas regularmente avaliações para determinar se o património artístico pode estar em imparidade. Caso seja aplicável, estas avaliações determinam o correspondente registo de imparidade na demonstração de resultados.

✍  
↪  
h  
✍

c) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis incluem, fundamentalmente, despesas incorridas com a aquisição de *software*, sendo amortizados, em duodécimos, pelo método das quotas constantes, ao longo do período de vida útil estimado do bem, o qual em média corresponde a um período de três anos. As despesas com manutenção de software são contabilizadas como custo do exercício em que são incorridas.

d) Locações

Os contratos de locação são classificados como (i) locação financeira se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse e (ii) como locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

A classificação das locações financeiras ou operacionais é realizada em função da substância dos contratos em causa e não da sua forma.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 não existem contratos de locação financeira.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como custo na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

e) Encargos com serviços e comissões

Os custos inerentes à angariação e fidelização de clientes são integralmente registados na demonstração dos resultados do exercício em que ocorrem.

f) Ativos e passivos financeiros em moeda estrangeira

Os câmbios utilizados para a conversão em Euros dos ativos e passivos incluídos no balanço, na demonstração dos resultados, na demonstração do rendimento integral e nas carteiras de ativos sob gestão, originariamente expressos em moeda estrangeira, foram os publicados pelo Banco Central Europeu à data de 31 de dezembro de 2015.

Os proveitos e custos apurados nas diferenças de moeda são convertidos para Euros ao câmbio do dia em que são reconhecidos.



g) Comissões

Os serviços prestados pela Sociedade são remunerados sob a forma de comissões de gestão e de consultoria, registadas na rubrica “Rendimentos de serviços e comissões” da demonstração dos resultados (Nota 11).

De acordo com os contratos de gestão, não existe por parte da Sociedade qualquer garantia de rentabilidade do capital administrado.

A Sociedade auferir uma comissão de gestão fixa e uma comissão de gestão variável sobre os patrimónios geridos:

(i) componente fixa, anual, calculada e cobrada segundo a taxa e a periodicidade indicadas no Anexo ao contrato de Mandato de Gestão de Carteira(s), sobre o valor médio diário da carteira, tendo em consideração as entregas de novos fundos ou levantamentos dos existentes, em numerário ou em valores mobiliários;

(ii) componente variável (performance) é, calculada e cobrada anualmente segundo a taxa e a periodicidade indicadas no Anexo ao contrato de Mandato de Gestão de Carteira(s) em função da rentabilidade anualizada (líquida da componente fixa), ponderada temporalmente pelas entradas e saídas de numerário e valores mobiliários, e incidirá sobre o capital médio investido na carteira desde o início do ano ou da data de início dos movimentos, quando esta não coincida com o início do ano.

h) Rubricas extrapatrimoniais

A atividade da Sociedade, gestão contratada de ativos, encontra-se relevada em rubricas extrapatrimoniais. Estas rubricas referem-se, essencialmente, às carteiras de ativos geridas pela Sociedade. Estas carteiras, para além de disponibilidades, incluem valores mobiliários. Os valores mobiliários sob gestão, encontram-se registados pelo valor de mercado, ou, tratando-se de valores não cotados e cujo justo valor não possa ser fiavelmente mensurado ou estimado, pelo respetivo valor nominal, e as unidades de participação em fundos de investimento com base nas cotações disponibilizadas pelas instituições financeiras e/ou pelas respetivas Sociedades Gestoras (Nota 20).

i) Julgamentos e estimativas

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer

situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data de aprovação das demonstrações financeiras, serão corrigidas em resultados de forma prospetiva, conforme disposto pelo IAS 8.

As principais estimativas e os pressupostos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações financeiras, são descritos nas correspondentes notas anexas.

j) Gestão do Risco Financeiro

A atividade da Sociedade está exposta a uma variedade de riscos financeiros, tais como o risco de taxa de câmbio e o risco de liquidez.

Este conjunto de riscos deriva da incerteza característica dos mercados financeiros, a qual se reflete na capacidade de projeção de fluxos de caixa e rendibilidades. A política de gestão dos riscos financeiros da Sociedade, subjacente a uma perspetiva de continuidade das operações no longo prazo, procura minimizar eventuais efeitos adversos decorrentes dessas incertezas.

i. Risco de taxa de câmbio

A Sociedade transaciona títulos expressos em diversas moedas, estando assim exposta ao risco de taxa de câmbio.

A política de gestão de risco de taxa de câmbio procura minimizar a volatilidade dos investimentos e operações expressos em moeda externa, contribuindo para uma menor sensibilidade dos resultados da Sociedade a flutuações cambiais.

A exposição da Sociedade ao risco de taxa de câmbio advém, maioritariamente, do facto de parte da faturação ser efetuada em moeda estrangeira (USD), a qual regularmente (em função do momento da faturação) é transformada em Euros.

Face à reduzida dimensão dos saldos em moeda estrangeira não foram efetuadas análises de sensibilidade às variações da taxa de câmbio.

ii. Risco de liquidez

O risco de liquidez é definido como a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrentes da incapacidade da instituição



dispor de fundos líquidos para cumprir as suas obrigações financeiras, à medida que as mesmas se vencem.

A existência de liquidez na Sociedade implica que sejam definidos parâmetros de atuação na função de gestão dessa mesma liquidez que permitam maximizar o retorno obtido e minimizar os custos de oportunidade associados à detenção dessa mesma liquidez, de uma forma segura e eficiente.

A gestão de risco de liquidez tem um triplo objetivo: (i) Liquidez, isto é, garantir o acesso permanente e da forma mais eficiente a fundos suficientes para fazer face aos pagamentos correntes nas respetivas datas de vencimento, bem como a eventuais solicitações de fundos nos prazos definidos para tal, ainda que não previstos; (ii) Segurança, ou seja, minimizar a probabilidade de incumprimento no reembolso de qualquer aplicação de fundos; e (iii) Eficiência Financeira, isto é, garantir que a Sociedade maximiza o valor / minimiza o custo de oportunidade da detenção de liquidez excedentária no curto prazo.

A maturidade das aplicações a realizar deverá coincidir com os pagamentos previstos (ou ser suficientemente líquida, no caso de investimentos em ativos, para permitir liquidações urgentes e não programadas), incluindo uma margem para cobrir eventuais erros de previsão. A margem de erro necessária dependerá do grau de confiança na previsão de tesouraria e será determinado pelo negócio. A fiabilidade das previsões de tesouraria é uma variável determinante para calcular os montantes e prazos das operações de tomada de fundos/aplicações no mercado.

### iii. Risco de crédito

O risco de crédito resulta maioritariamente dos créditos sobre os seus clientes relacionados com a atividade operacional da Sociedade.

### k) Impostos

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria coletável resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos.

Os impostos diferidos correspondem ao imposto a recuperar/pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de



um ativo ou passivo no balanço e a sua base de tributação, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto que os ativos por impostos diferidos só são registados até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou prejuízos fiscais.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, que correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Os ativos por impostos diferidos só são registados até ao montante em que seja provável a sua recuperabilidade, o qual é determinado com base em projeções de evolução futura do negócio.

l) Rédito e especialização de exercícios

Na sua atividade de gestão de patrimónios, a Sociedade reconhece o rédito das comissões variáveis e fixas mensalmente, apesar do seu cálculo ser efetuado de acordo com a rentabilidade anual das carteiras e com o capital médio ponderado (respetivamente), sendo ajustado em conformidade com os valores anuais das mesmas.

As restantes receitas e despesas são reconhecidas de acordo com o princípio da especialização de exercícios pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. Assim, os custos e proveitos são registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento (Nota 7).

Os custos e proveitos cujo valor real não seja conhecido são estimados com base na melhor avaliação do Conselho de Administração da Sociedade.

m) Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes são possíveis ativos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da Sociedade.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da Sociedade, mas unicamente objeto de divulgação quando é provável a existência de um benefício económico futuro.



Os passivos contingentes são definidos pela Sociedade como (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da sociedade ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um fluxo de recursos que afete benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da Sociedade, sendo os mesmos objeto de divulgação, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objeto de divulgação.

n) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço (“adjusting events”) são refletidos nas demonstrações financeiras da Sociedade. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço (“non adjusting events”), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

## 2. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica diz respeito a depósitos à ordem junto de instituições de crédito nacionais, e tem a seguinte composição:

	2015	2014
Novo Banco, S.A.	53.334	106.624
Banco Comercial Português, S.A.	5.870	10.876
Caixa Geral de Depósitos	4.991	4.991
	<u>64.195</u>	<u>122.491</u>

## 3. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de dezembro de 2015, esta rubrica era constituída por dois depósitos a prazo: i) um, no Novo Banco, S.A., no montante de 150.000 Euros, que rende juros a uma taxa fixa de 0,75% e tem o seu

vencimento em janeiro de 2016, e, ii) outro, também no Novo Banco, S.A., no montante de 250.000 Euros, que rende juros a uma taxa fixa de 1% e tem o seu vencimento em fevereiro de 2016.

Em 31 de dezembro de 2014, esta rubrica era constituída por um depósito a prazo, no Novo Banco, S.A., no montante de 150.000 Euros. Este depósito a prazo rendia juros a uma taxa fixa de 2,5% e teve o seu vencimento em março de 2015.

#### 4. ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica refere-se a obrigações que podem ser detalhadas como segue:

Títulos	Quantidade	Valor nominal	Cotação 31.12.2015	Valor de balanço 31.12.2015	Valor de balanço 31.12.2014	Custo de aquisição
Obrigações do Tesouro - OT 4,35% 2010/2017	5.000.000	0,01€	107,575%	53.788	54.668	49.375
				<u>53.788</u>	<u>54.668</u>	

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, as Obrigações do Tesouro OT 4,35 10/2017 estavam dadas em garantia para cobertura de responsabilidades potenciais no âmbito do Sistema de Indemnização de Investidores (Nota 20).

#### 5. OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS E ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o movimento nos “Outros ativos tangíveis” e “Ativos intangíveis”, bem como nas respetivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas, foi o seguinte:

Rubricas	2015				
	Ativo bruto				
	Saldo inicial	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Saldo final
<u>Ativos intangíveis:</u>					
Sistemas de tratamento automático de dados	62.571	31.800	-	-	94.371
	<u>62.571</u>	<u>31.800</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>94.371</u>
<u>Ativos tangíveis:</u>					
Obras em imóveis arrendados	347.990	13.060	-	-	361.050
Equipamento de transporte	24.600	-	-	-	24.600
Equipamento	258.319	76.909	-	-	335.228
Património artístico	215.175	23.700	-	-	238.875
	<u>846.084</u>	<u>113.669</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>959.753</u>
	<u>908.655</u>	<u>113.669</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.054.124</u>

2015					
Rubricas	Amortizações e perdas de imparidade				Saldo final
	Saldo inicial	Reforços	Alienações	Transferências e abates	
<b>Ativos intangíveis:</b>					
Sistemas de tratamento automático de dados	62.571	10.600	-	-	73.171
	<u>62.571</u>	<u>10.600</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>73.171</u>
<b>Ativos tangíveis:</b>					
Obras em imóveis arrendados	226.245	22.311	-	-	248.556
Equipamento de transporte	18.450	6.150	-	-	24.600
Equipamento	226.752	30.876	-	-	257.629
	<u>471.447</u>	<u>59.337</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>530.784</u>
	<u>534.018</u>	<u>69.937</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>603.955</u>

2014					
Rubricas	Ativo bruto				Saldo final
	Saldo inicial	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	
<b>Ativos intangíveis:</b>					
Sistemas de tratamento automático de dados	62.571	-	-	-	62.571
	<u>62.571</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>62.571</u>
<b>Ativos tangíveis:</b>					
Obras em imóveis arrendados	347.990	-	-	-	347.990
Equipamento de transporte	24.600	20.000	(20.000)	-	24.600
Equipamento	234.008	24.311	-	-	258.319
Património artístico	25.175	-	-	-	25.175
	<u>821.773</u>	<u>44.311</u>	<u>(20.000)</u>	<u>-</u>	<u>846.084</u>
	<u>884.344</u>	<u>44.311</u>	<u>(20.000)</u>	<u>-</u>	<u>908.655</u>

2014					
Rubricas	Amortizações e perdas de imparidade				Saldo final
	Saldo inicial	Reforços	Alienações	Transferências e abates	
<b>Ativos intangíveis:</b>					
Sistemas de tratamento automático de dados	62.571	-	-	-	62.571
	<u>62.571</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>62.571</u>
<b>Ativos tangíveis:</b>					
Obras em imóveis arrendados	205.240	21.005	-	-	226.245
Equipamento de transporte	12.300	10.241	(4.091)	-	18.450
Equipamento	208.062	18.690	-	-	226.752
	<u>425.602</u>	<u>49.937</u>	<u>(4.091)</u>	<u>-</u>	<u>471.447</u>
	<u>488.173</u>	<u>49.937</u>	<u>(4.091)</u>	<u>-</u>	<u>534.018</u>

## 6. ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os ativos por impostos correntes são como se segue:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas:		
Pagamento por conta/Pagamento especial por conta	13.197	9.615
IRS/IRC a recuperar - obrigações	2.817	-
	<u>16.014</u>	<u>9.615</u>

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os passivos por impostos correntes são como se segue:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas:		
Estimativa de imposto a pagar do exercício	58.710	36.280
	<u>58.710</u>	<u>36.280</u>

Nos exercícios de 2015 e 2014, a Sociedade está sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) e correspondente derrama sendo a taxa de imposto agregada de 22,5% e 24,5% respetivamente.

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto verificada nos exercícios de 2015 e 2014 pode ser demonstrada como segue:

	<u>2015</u>		<u>2014</u>	
	Taxa	Imposto	Taxa	Imposto
Resultados antes de impostos		104.001		43.909
Imposto apurado com base na taxa nominal	22,50%	40.326	24,50%	10.758
Tributação autónoma		18.384		21.532
Outros				3.991
Imposto apurado com base na taxa efectiva	56,45%	<u>58.710</u>	82,63%	<u>36.280</u>
Do qual:				
- Imposto corrente		58.710		36.280

Nos termos da legislação em vigor, os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de doze anos após a sua ocorrência e suscetíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período. Em 31 de dezembro de 2015 não existiam prejuízos fiscais reportáveis.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança

Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Sociedade dos anos de 2012 a 2015 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

A Administração da Sociedade entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

## 7. OUTROS ATIVOS E OUTROS PASSIVOS

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica “Outros ativos” pode ser detalhada como se segue:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
<u>Devedores diversos:</u>		
Clientes	730.662	1.037.610
Notas de créditos a clientes	(3.356)	-
	<u>727.306</u>	<u>1.037.610</u>
<u>Proveitos a receber:</u>		
Comissões a receber	988.985	383.674
Obrigações do tesouro	-	453
Juros a receber	881	555
	<u>989.866</u>	<u>384.682</u>
<u>Despesas com encargo diferido:</u>		
Seguros	6.218	4.393
Rendas	27.386	26.806
Outros	16.888	10.893
	<u>50.492</u>	<u>42.093</u>
<u>Outros activos - Sector Público Administrativo:</u>		
Imposto sobre o Valor Acrescentado a recuperar	127.143	241.533
Outros	4.991	2.178
	<u>132.134</u>	<u>243.711</u>
	<u>1.899.799</u>	<u>1.708.095</u>

O saldo da rubrica de “Clientes” em 31 de dezembro de 2015 refere-se, essencialmente, às comissões devidas pelos mesmos relativamente a prestações de serviços efetuadas durante o mês de dezembro, as quais foram recebidas durante os primeiros dias de 2016 (Nota 1.2.g).

O saldo da rubrica “Comissões a receber” em 31 de dezembro de 2015 refere-se, às comissões especializadas mas ainda não faturadas aos clientes.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica “Outros passivos” pode ser detalhada como se segue:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
<u>Fornecedores e outros credores:</u>		
Fornecedores	262.020	211.529
	<u>262.020</u>	<u>211.529</u>
<u>Encargos a pagar:</u>		
Remunerações	125.780	131.769
Comissões		193.495
Encargos gerais administrativos	533.936	11.892
	<u>659.716</u>	<u>337.156</u>
<u>Outras exigibilidades - Setor Público Administrativo:</u>		
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares		
Retenção na fonte	27.789	19.616
Contribuições para a Segurança Social	16.731	23.478
	<u>44.520</u>	<u>43.094</u>
	<u>966.256</u>	<u>591.778</u>

O saldo da rubrica “Fornecedores” tem maturidade até 3 meses.

## 8. CAPITAL

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o capital da Sociedade era representado por 100.000 ações com o valor nominal de 5 Euros cada, integralmente subscrito e realizado.

## 9. OUTROS INSTRUMENTOS DE CAPITAL

O saldo desta rubrica refere-se a prestações suplementares realizadas, em exercícios anteriores, pelos acionistas da Sociedade, no montante de 125.000 Euros. As prestações suplementares não vencem juros e só poderão ser restituídas aos acionistas se o capital próprio da Sociedade, após essa restituição, não ficar inferior ao somatório do capital social e reserva legal.

## 10. OUTRAS RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica “Outras reservas e resultados transitados” tem a seguinte composição:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Reserva legal	177.170	176.407
Resultados transitados	988.978	982.112
	<u>1.166.148</u>	<u>1.158.519</u>

A legislação vigente para o setor bancário, aplicável à Sociedade, determina que a reserva legal seja anualmente reforçada em, pelo menos, 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital. A reserva legal só pode ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos acumulados.

A Assembleia Geral de Acionistas realizada em 31 de março de 2015 aprovou a transferência do resultado líquido do exercício de 2014 para “Outras reservas e resultados transitados” como segue:

Reserva legal	763
Resultados transitados	6.866
	<u>7.628</u>

O montante de 22.820 Euros registado como variação no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 na rubrica “Reservas de reavaliação de justo valor” diz respeito à valorização ao justo valor dos ativos disponíveis para venda (Nota 4).

## 11. RENDIMENTOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Sendo o objecto social da Sociedade a administração de bens por conta de terceiros e a prestação de consultoria em matéria de investimento, estes proveitos, registados sob a forma de comissões, representam aproximadamente 97%, do total de proveitos imputados a ambos os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

As comissões cobradas incidem sobre uma base representativa da carteira de cada cliente valorizada de acordo com os princípios acordados entre as partes. Desta forma, para efeitos de cálculo da comissão de gestão, os ativos que compõem as carteiras dos clientes são valorizados de acordo com o Aviso nº 3/04 de 23 de junho, aplicável às sociedades gestoras de patrimónios (Notas 1.2 g) e h)).

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
Comissões de gestão fixas	1.600.053	1.772.034
Comissões de gestão variáveis	3.738.048	1.308.991
Comissões relativas a serviços de consultoria	1.335.591	915.535
	<u>6.673.692</u>	<u>3.996.561</u>

## 12. ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Nos exercícios de 2015 e 2014 esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Comissões	4.432.447	2.153.946
Serviços bancários	20.548	41.576
	<u>4.452.995</u>	<u>2.195.522</u>

## 13. CUSTOS COM O PESSOAL

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Remunerações dos órgãos de gestão (Nota 14)	180.308	156.372
Remunerações dos colaboradores	691.827	650.368
Encargos sociais obrigatórios	199.541	190.353
Outros custos com pessoal	7.009	1.948
	<u>1.078.685</u>	<u>999.041</u>

O número médio de colaboradores ao serviço da Sociedade encontrava-se repartido da seguinte forma:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
<u>Com funções administrativas de enquadramento:</u>		
Administradores - Executivos	3	3
Diretores	1	2
Pessoal técnico	18	14
Pessoal administrativo	2	2
	<u>24</u>	<u>21</u>

## 14. REMUNERAÇÕES E OUTROS ENCARGOS ATRIBUÍDOS AOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS E FISCAL ÚNICO

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, as remunerações e outros encargos correntes atribuídos aos membros do Conselho de Administração ascenderam a 180.308 Euros e 156.372 Euros, respetivamente (Nota 13).

As remunerações brutas liquidadas (exceto subsídio de refeição) aos membros do Conselho de Administração durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 podem ser discriminadas como segue:

	2015			2014		
	Fixa	Variável	Total	Fixa	Variável	Total
António Nunes da Silva	53.718	-	53.718	4.538	-	4.538
João Carlos Correia	69.372	-	69.372	90.546	-	90.546
Sérgio Silva	57.218	-	57.218	61.288	-	61.288
	<u>180.308</u>	<u>-</u>	<u>180.308</u>	<u>156.372</u>	<u>-</u>	<u>156.372</u>

O Fiscal Único da Sociedade é a Patrício, Moreira & Valente, SROC, Lda. e auferiu, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, uma remuneração de 8.000 Euros relativa a serviços de revisão legal de contas.

Em 31 de dezembro de 2015 e ao longo do exercício, não existiram adiantamentos ou créditos concedidos a membros dos órgãos sociais nem compromissos assumidos por sua conta a título de garantia.

## 15. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
Serviços especializados	364.434	223.227
Rendas e alugueres (Nota 17)	257.367	262.566
Deslocações e estadas	146.133	134.260
Rendas de locação operacional	100.418	96.310
Comunicações	54.177	35.099
Publicidade	19.534	14.030
Outros	120.429	92.052
	<u>1.062.494</u>	<u>857.543</u>

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi reconhecido como custo do exercício o montante de 100.418 Euros (96.310 Euros em 31 de dezembro de 2014) relativo a rendas pagas a título de contratos de locação operacional em que a Empresa age como locatário.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, a Empresa tinha celebrado, como locatário, contratos de locação operacional, cujos pagamentos mínimos de locação se vencem como segue:

	2015	2014
Vencíveis em		
N+1 renovável automaticamente	208.200	180.000
N+1	54.586	68.022
N+2	67.714	48.696
N+3	39.974	65.751
N+4	49.745	39.974
N+5	-	49.745
Após N+5	-	-
	<u>420.218</u>	<u>452.189</u>

## 16. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica pode ser desagregada como segue:

	2015	2014
Contribuições para o sistema de indemnizações	(500)	(1.250)
Outros custos	<u>(78.559)</u>	<u>(23.465)</u>
	<u>(79.059)</u>	<u>(24.715)</u>
Cedências de pessoal (Nota 17)	8.150	36.000
Outros ganhos e rendimentos	25.746	88.642
	<u>33.896</u>	<u>124.642</u>
Outros resultados de exploração	<u>(45.164)</u>	<u>99.927</u>

## 17. ENTIDADES RELACIONADAS

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, as transações realizadas com outras empresas do Grupo Golden Actives, outras sociedades com acionistas comuns e com sociedades relacionadas foram como segue:

	31.12.2015								
	Solid Assets	Golden Broker	NN Consulting	Golden Corporate - Consultores, Lda	GLD Serviços	UPFINANCE	Rigorosa condição	Vintageburgo	Vasco Freitas
Rendas e alugueres	(80.000)	-	-	-	-	-	-	-	-
Custos com cedência de pessoal	-	(6.000)	-	-	-	(7.900)	-	-	-
Comissões suportadas	-	(15.715)	(1.985)	-	-	-	(7.326)	(3.272.057)	(43.867)
Serviços especializados	-	-	-	-	(20.000)	-	-	-	-
Rendimentos relativos a cedência de pessoal	-	36.000	-	-	-	-	-	-	-

	31.12.2014								
	Solid Assets	Golden Broker	NN Consulting	Golden Corporate - Consultores, Lda	GLD Serviços	UPFINANCE	Rigorosa condição	Vintageburgo	Vasco Freitas
Rendas e alugueres	(81.000)	-	-	-	-	-	-	-	-
Custos com cedência de pessoal	-	(6.000)	-	(9.000)	-	-	-	-	-
Comissões suportadas	-	(445.396)	(10.915)	-	-	(4.346)	(7.439)	(2.054.658)	(20.047)
Rendimentos relativos a cedência de pessoal	-	-	-	(30.000)	-	-	-	-	-
Comissões recebidas	-	36.000	-	-	-	-	-	-	-

## 18. RESULTADOS POR AÇÃO

Os resultados por ação dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 foram calculados em função dos seguintes montantes:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Resultado para efeitos do cálculo do resultado por ação líquido e diluído	45.291	7.628
Número médio ponderado de ações para efeitos de cálculo do resultado líquido por ação básico e diluído	100.000	100.000
Resultado por ação:		
Básico	0,45	0,08
Diluído	0,45	0,08

## 19. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 21 de março de 2016. A sua aprovação final está ainda sujeita à concordância da Assembleia-geral de Acionistas. No entanto, o Conselho de Administração admite que venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

## 20. RUBRICAS EXTRAPATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
<u>Compromissos perante terceiros:</u>		
Responsabilidade potencial para com o Sistema de Indemnização aos Investidores	<u>41.482</u>	<u>43.165</u>
<u>Responsabilidades por prestação de serviços:</u>		
Valores administrados pela instituição (Nota 1.2 h)	<u>540.938.529</u>	<u>545.971.636</u>

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo da rubrica “Responsabilidade potencial para com o Sistema de Indemnizações aos Investidores” corresponde ao compromisso irrevogável que a Sociedade assumiu, por força da lei aplicável de entregar àquele sistema, em caso de acionamento deste, os montantes necessários para financiamento da sua quota-parte nas indemnizações que forem devidas aos investidores.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, para garantir o eventual pagamento destas responsabilidades, a Sociedade tinha dado em penhor a sua carteira de investimento em Obrigações do Tesouro cujo valor de mercado ascende a 53.788 Euros e 54.668 Euros, respetivamente (Nota 4).

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os ativos geridos pela Sociedade apresentam o seguinte detalhe:

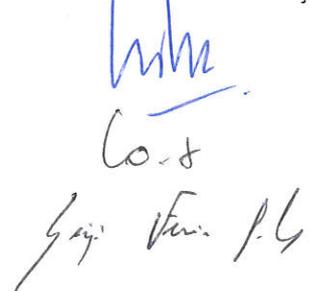
	2015	2014
Carteira gestão externa	273.666.122	245.976.839
Depósitos a prazo	98.506.259	156.710.941
Fundos de investimento mobiliário	77.409.634	82.049.750
Obrigações	10.149.452	7.272.918
Ações	3.367.548	1.677.386
Outros	77.839.514	52.283.804
	<u>540.938.529</u>	<u>545.971.636</u>

A totalidade dos depósitos a prazo de clientes geridos pela Sociedade está depositada em instituições financeiras sedeadas em Portugal, essencialmente no Millennium BCP (aproximadamente 10,5 milhões de Euros) e no Novo Banco (aproximadamente 85,5 milhões de Euros), os restantes ativos são valorizados de acordo com os critérios descritos na Nota 1.2.h).

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



Cost  
Gaj. V. P. G.



Nota: a Política de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização e dos Titulares de Funções Essenciais da Golden Assets foi aprovada em Assembleia Geral de 31 de março de 2015 e objeto de divulgação no Relatório de Gestão relativo ao exercício de 2014, sendo que se mantém em vigor conforme deliberado na Assembleia Geral de 31 de março de 2016 e a seguir se transcreve.

## POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E DE FISCALIZAÇÃO E DOS TITULARES DE FUNÇÕES ESSENCIAIS DA GOLDEN ASSETS

Nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 do art. 2.º, da Lei 28/2009, de 19 de junho e no artigo 16.º do Aviso do Banco de Portugal 10/2011, de 29 de dezembro, é a seguinte a política de remuneração dos membros do Conselho de Administração e do Fiscal Único da Golden Assets – Sociedade Gestora de Patrimónios, S.A. (Golden Assets).

### A - Geral

A política de remunerações dos órgãos sociais da Golden Assets tem em vista, entre outros objetivos, contribuir para o alinhamento dos interesses dos administradores com funções executivas com os interesses da Sociedade e para o desincentivo da assunção excessiva de riscos.

Este alinhamento assenta, entre outros aspetos:

- no equilíbrio entre as componentes variável e fixa da remuneração dos administradores executivos, a fim de permitir a aplicação de uma política plenamente flexível sobre a componente variável da remuneração;
- na relação estabelecida entre o valor da remuneração variável e os resultados da Golden Assets;
- no estabelecimento de limites máximos do valor da remuneração variável dos administradores executivos.

Iguais objetivos presidem à fixação da remuneração dos diretores e demais colaboradores da Golden Assets.

No que diz respeito aos responsáveis pelo *Compliance* e pelo controlo de risco, a sua remuneração tem, no essencial, uma componente fixa, de modo a garantir a necessária independência de atuação, não estando a componente variável dependente dos resultados da Golden Assets.

Por fim, os membros do órgão de fiscalização têm uma remuneração exclusivamente fixa.

O Conselho de Administração da Golden Assets deve atender aos objetivos referidos supra aquando da fixação da política de remuneração dos diretores e demais colaboradores da sociedade.

A política de remunerações dos membros do Conselho de Administração e do Fiscal Único é anualmente aprovada e revista, tendo presentes os objetivos supra e, bem assim, os riscos da atividade e das funções e, ainda, os interesses de longo prazo da sociedade.



## B – Política de Remuneração da Golden Assets

A política de remunerações assente no seguinte conjunto de princípios:

- a) Clareza, simplicidade e alinhamento com os interesses e a cultura da Sociedade e do Grupo onde se insere;
- b) Não exposição excessiva a riscos e prevenção de conflitos de interesses;
- c) Adequação à manutenção de um nível crescentemente reforçado de fundos próprios;
- d) Prossecução dos interesses dos clientes;
- e) Competitividade face às práticas de mercado;
- f) Fixação de limites máximos para a componente variável da remuneração pagável em cada exercício;
- g) Fixação da componente variável após um processo de avaliação, com dimensão financeira e não financeira;
- h) Inexistência de acordos tendentes a fixar indemnizações em caso de cessação de funções, aplicando-se o respetivo regime legal.

Tendo presente o acima exposto, a política de remuneração atende a:

### Desempenho

As remunerações dos administradores que tenham funções executivas estão diretamente associadas aos níveis de desempenho obtidos:

- pela sociedade;
- pela área de negócio ou de apoio ao negócio à qual a pessoa em causa está associada;
- pelo seu mérito individual.

### Competitividade

A Golden Assets procura oferecer aos seus administradores pacotes remuneratórios competitivos, tendo em conta a prática do mercado para uma dada área de especialização, nível de responsabilidade e zona geográfica. Ao adotar esta política, a Golden Assets tem por objetivo dotar a sua estrutura de administração de elementos com capacidade, experiência e *know how* capazes de permitir a adequada prossecução dos objetivos da sociedade.

### Estratégia

A remuneração atribuída é ainda influenciada pelas necessidades específicas e prioridades estratégicas da Golden Assets, num dado momento, assim como pela importância e singularidade do contributo da pessoa para a organização.



#### Equidade

A prática remuneratória assenta em critérios uniformes, consistentes, justos e equilibrados.

#### Alinhamento com os Acionistas

A estrutura da remuneração e o seu modo de pagamento tende a privilegiar o alinhamento de interesses entre acionistas e administradores com funções executivas e, desse modo, a potenciar a adequada prossecução dos interesses da sociedade.

#### Controlo do Risco

A estrutura da remuneração e o seu modo de pagamento visa, igualmente, prevenir práticas de gestão que possam acarretar assunção excessiva de risco para a sociedade e, do mesmo passo, visa potenciar a prossecução dos interesses dos clientes.

### C - Componentes da remuneração

De acordo com os princípios gerais que foram acima referidos:

- a) A política de remunerações dos titulares dos órgãos sociais enquadra-se nas diretrizes do Grupo em que a sociedade se insere, as quais atendem às melhores práticas do Mercado;
- b) No âmbito dos membros do Conselho de Administração é efetuada uma primeira e decisiva distinção entre os membros com funções executivas e, caso existam, não executivas;
- c) Relativamente aos que não exercem funções executivas não há lugar a remuneração;
- d) Os membros do Conselho que exerçam funções executivas estão sujeitos às regras que a seguir se enunciam;
- e) O Presidente e os restantes membros com funções executivas do Conselho são avaliados pela CSAR;
- f) O Fiscal Único é remunerado pela prestação de serviços de Revisor Oficial de Contas, e m montante f i x o, determinado em linha com os critérios e práticas utilizados nas restantes sociedades do Grupo, atenta a dimensão da sociedade e o mercado onde se insere;
- g) A componente variável dos membros executivos da administração tem como limite máximo de 50% do valor anual da remuneração fixa.

#### Remuneração Fixa:

- a) A Remuneração Fixa é paga 14 vezes por ano;
- b) A Remuneração Fixa anual dos administradores executivos é determinada tendo em conta os critérios utilizados no Grupo, a avaliação do desempenho e as referências do mercado, tendo presentes as dimensões e a natureza da Golden Assets;
- c) A Remuneração Fixa dos administradores é fixada anualmente pela CSAR ou, não estando esta



constituída ou apta a deliberar, pela Assembleia Geral.

Remuneração Variável:

- a) A remuneração comporta igualmente uma componente Variável, de atribuição não garantida, adequadamente equilibrada face à Remuneração Fixa, paga no mês de abril do ano subsequente ao da respetiva avaliação;
- b) De forma a objetivar e tornar mais transparente o processo de determinação da Remuneração Variável, esta tem em conta os objetivos quantitativos e qualitativos definidos anualmente para toda a estrutura do Grupo onde se integra a sociedade;
- c) A determinação do valor da Remuneração Variável tem por base os seguintes critérios: i) resultados da sociedade e do Grupo em que se integra; ii) desempenho individual, tendo em conta os resultados quantitativos e qualitativos individuais alcançados, assim como o contributo para a imagem e reputação da sociedade;
- d) A Remuneração Variável destina-se a compensar a consecução de resultados anuais e o desempenho individual, podendo variar em cada ano entre 0% e 50% do valor da Remuneração Fixa anual;
- e) A Remuneração Variável pode traduzir-se em participação nos lucros da sociedade ou no pagamento de prémio de desempenho;
- f) Tendo presente os critérios de cálculo e pagamento (em especial, o limite máximo estabelecido) não se antevê como necessário, de antemão, estabelecer diferimento no pagamento da Remuneração Variável.

Benefícios

Os administradores executivos beneficiam de um seguro de saúde à semelhança do que sucede com os demais colaboradores da sociedade.

#### D- Aspetos complementares

Atento o disposto no n.º 5 do art. 403.º do Código das Sociedades Comerciais, não estão definidas nem se propõe introduzir limitações estatutárias à indemnização por cessação antecipada de funções dos titulares de órgãos sociais.

Não existem quaisquer seguros de remuneração ou outros mecanismos de cobertura de risco tendentes a atenuar os efeitos de alinhamento pelo risco inerentes às suas modalidades de remuneração.

Os montantes pagos aos administradores em 2014, por outras sociedades que estão em relação de domínio ou de grupo com a sociedade, totalizaram um valor global de 67.818 euros.



## COMISSÃO DE SELEÇÃO, AVALIAÇÃO E REMUNERAÇÕES

1. A CSAR é composta por 3 membros designados pela Assembleia Geral (um deles exercendo funções de Presidente), podendo ser ou não acionistas, escolhidos tendo em atenção o seu conhecimento especializado na área de intervenção da Comissão de Seleção, Avaliação e Remunerações.
2. Pelo menos, um dos membros da CSAR deverá reunir os requisitos seguintes:
  - 2.1. Não estar associado a qualquer grupo de interesses específicos na sociedade;
  - 2.2. Não se encontrar em nenhuma circunstância suscetível de afetar a sua isenção de análise ou de decisão, nomeadamente em virtude de ser titular ou atuar em nome ou por conta de titulares de participação qualificada igual ou superior a 2% do capital social da sociedade.
3. O Presidente poderá convidar uma pessoa terceira para exercer as funções de Secretário da CSAR, a quem competirá a elaboração das atas e arquivo da documentação.
4. Compete à CSAR:
  - 4.1. Proceder à seleção e avaliação previstas no Capítulo I;
  - 4.2. Proceder à fixação da remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização tendo presente a política constante do Capítulo II,
  - 4.3. Apoiar e aconselhar o Conselho de Administração e/ou a Assembleia Geral no preenchimento das vagas ocorridas nos órgãos sociais e/ou na chefia das áreas essenciais da Golden Assets;
  - 4.4. Auxiliar o CA no processo de avaliação e de fixação das remunerações dos responsáveis das áreas essenciais da Golden Assets.
5. A CSAR reunirá sempre que for convocada pelo respetivo Presidente ou por dois dos seus membros, e, nomeadamente, sempre que tenha que se pronunciar sobre as questões da sua competência, indicadas no n.º 3 deste Capítulo.
6. As reuniões da CSAR deverão ser convocadas com sete dias de antecedência, com indicação dos assuntos a tratar.
7. Cada membro da CSAR tem direito a um voto, tendo o Presidente voto de qualidade.
8. Das reuniões da CSAR serão elaboradas pelo Presidente ou, se existir, pelo Secretário, atas sucintas contendo as principais questões abordadas e as conclusões retiradas, que serão assinadas pelos membros presentes nas respetivas reuniões.



PORTUGAL

Patrício, Moreira, Valente & Associados, Sroc, Lda

Av. do Brasil, 15-1 1749-112 Lisboa (Sede)

T: +351 21 3553 550 F: +351 21 3561 952 E: geral.lisboa@rsmpt.pt

Rua da Saudade, 132-3º 4150-682 Porto

T: +351 22 2074 350 F: +351 22 2081 477 E: geral.porto@rsmpt.pt

www.rsmpt.pt

## RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Acionistas,

No exercício das competências que nos são cometidas pelo artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, acompanhámos a atividade da Golden Assets – Sociedade Gestora de Patrimónios, S.A., durante o exercício de dois mil e quinze, tendo procedido às verificações que tivemos por necessárias e obtido da Administração e dos serviços todos os esclarecimentos solicitados.

Apreciámos o relatório de gestão, as contas do exercício e emitimos a certificação legal das contas, que aqui se dá por reproduzida.

Tudo considerado, somos de parecer que a assembleia geral anual:

- a) Aprove o relatório de gestão e as contas do exercício de 2015, apresentados pela Administração;
- b) Aprove a proposta de aplicação de resultados, contida no relatório de gestão apresentado pela Administração;
- c) Proceda à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade e dela tire as conclusões referidas no artigo 455º do Código das Sociedades Comerciais.

Porto, 21 de março de 2016

O Fiscal Único

- PATRÍCIO, MOREIRA, VALENTE & ASSOCIADOS, SROC, LDA.  
representada por José Carlos Nogueira Faria e Matos (ROC n.º 1034)

THE POWER OF BEING UNDERSTOOD  
AUDIT | TAX | CONSULTING

RSM Patrício, Moreira, Valente & Associados, Sroc, Lda é uma firma independente, membro da RSM International. RSM International é a denominação de uma rede internacional de entidades jurídicas independentes que prestam serviços profissionais de contabilidade e consultoria. RSM International não corresponde em qualquer jurisdição, a uma entidade legalmente reconhecida.

Inscrição na Lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 21

NIP 501 612 181 Capital Social 108.000€

Inscrição na Lista de Auditores da CMVM sob o n.º 20161350

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS



### INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras da Golden Assets – Sociedade Gestora de Patrimónios, S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2015, (que evidencia um total de balanço de 2.886.334 euros e um total de capital próprio de 1.861.368 euros, incluindo um resultado líquido de 45.291 euros), a Demonstração dos resultados, a Demonstração de alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo. Estas demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas introduzidas pelo Aviso n.º 1/2005 do Banco de Portugal, as quais têm por base as Normas Internacionais de Relato Financeiro em vigor, tal como adotadas pela União Europeia, com as exceções referidas nos Avisos n.º 1/2005 e n.º 4/2005 do Banco de Portugal.

### RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade da Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
  - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Administração, utilizadas na sua preparação;
  - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
  - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
  - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

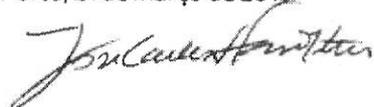
#### OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da Golden Assets - Sociedade Gestora de Patrimónios, S.A. em 31 de Dezembro de 2015, o resultado das suas operações e as alterações no capital próprio no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios geralmente aceites.

#### RELATO SOBRE OS REQUISITOS LEGAIS

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Porto, 21 de março de 2016.

A handwritten signature in black ink, appearing to read "José Carlos Nogueira Faria e Matos".

PATRÍCIO, MOREIRA, VALENTE & ASSOCIADOS, S.R.O.C., Lda  
representada por José Carlos Nogueira Faria e Matos (ROC n.º 1034)

## ATAS

### ATA N.º 51

Aos trinta e um dias do mês de março de dois mil e dezasseis, pelas dez horas e quarenta minutos, reuniu na sede social sita na Avenida da Boavista, número 2427/2429, na cidade do Porto, a Assembleia Geral da «GOLDEN ASSETS - SOCIEDADE GESTORA DE PATRIMÓNIOS, S.A.», titular do número único de identificação de pessoa coletiva e de matrícula 502 538 430, com o capital social de 500.000 euros (quinhentos mil euros), com a seguinte ordem do dia:—

**Um** - Deliberar sobre o relatório de gestão do Conselho de Administração, o balanço e contas do exercício de dois mil e quinze;—

**Dois** - Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados;—

**Três** - Proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade.—

**Quatro** – Política Interna de Seleção, Avaliação da Adequação e de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização e dos Titulares de Funções Essenciais.—

Encontravam-se presentes ou representados todos os acionistas da sociedade, tendo estes assinado a lista de presenças e ficando o respectivo instrumento de representação arquivado em pasta própria anexa à presente ata. Encontravam-se, ainda, presentes os membros do Conselho de Administração, Drs. António José Nunes da Silva, João Carlos de Magalhães Correia de Matos e Sérgio Ferreira da Silva. —

A lista de presenças e outros documentos foram arquivados em pasta própria que se deve considerar anexa à presente ata, nos termos do artigo 63º do Código das Sociedades Comerciais.—

Os trabalhos foram dirigidos pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Dr. Miguel Duarte Gonçalves Brás da Cunha e secretariados pelo Dr. Vasco Alexandre Marques de Freitas.—

O Presidente da Mesa abriu a sessão e declarou que não haviam sido publicados os avisos convocatórios mas, dada a vontade expressa dos acionistas presentes detentores da totalidade do capital social de se reunirem em assembleia geral universal, ao abrigo do disposto no artigo 54º do Código das Sociedades Comerciais, declarou que se encontravam satisfeitas todas as condições legais e estatutárias necessárias ao regular funcionamento da assembleia, desde que respeitada a ordem do dia supra referida.—

Iniciando a análise do primeiro ponto da ordem do dia, foram postos à discussão o relatório de gestão e os demais documentos de prestação de contas relativos ao exercício de 2015, os quais foram colocados de seguida em votação e aprovados por unanimidade.—

O segundo ponto da ordem do dia foi também apresentado pelo Presidente da Mesa, que leu a seguinte proposta feita pelo Presidente do Conselho de Administração, Dr. António José Nunes da Silva: «Propõe-se que os resultados líquidos positivos do exercício no valor de 45.290,98€, tenham a seguinte aplicação: Reserva legal (10%): 4.529,10€; Resultados transitados: 40 761,88€».

ws

Não existindo intenções de intervenção, foi a proposta colocada em votação e aprovada por unanimidade. O Presidente da Mesa declarou aberta a apreciação do terceiro ponto da ordem do dia. Tomou a palavra o acionista Dr. Fernando Jorge de Sousa Cruz Pereira que apresentou então a seguinte proposta: —————  
«Proponho que seja conferido um voto de confiança e louvor aos titulares dos órgãos de administração e fiscalização desta sociedade», a qual foi colocada em votação e aprovada por unanimidade. —————  
O Presidente da Mesa declarou aberta a apreciação do quarto ponto da ordem do dia. Tomou então a palavra o acionista Dr. Fernando Jorge de Sousa Cruz Pereira, o qual apresentou a seguinte proposta: —  
«Proponho que seja aprovada a manutenção da Política Interna de Seleção, Avaliação da Adequação e de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização e dos Titulares de Funções Essenciais, conforme constante em documento anexo à presente ata e que dela faz parte integrante». —  
Não existindo intenções de intervenção, o Presidente da Mesa colocou a presente proposta à votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. —————  
Nada mais havendo a tratar, o Presidente deu esta sessão por encerrada cerca das onze horas e, para constar, dela se lavrou a presente ata que depois de lida vai ser assinada pelos membros da Mesa, em sinal de conformidade. —————

A Mesa da Assembleia Geral

O Presidente,



O Secretário,

